



Fernando Rabello

O DIREITO ALÉM DAS PALAVRAS: um estudo da produção de imagens no âmbito jurídico

125

LAW BEYOND WORDS: an essay on image production within the legal scope

Lucinda Siqueira Chaves

RESUMO

Procede à reflexão acerca dos fundamentos teóricos da Análise de Discurso Crítica, utilizando-se dos conceitos de Fairclough, os quais são inseridos no âmbito da Semiótica, a fim de contextualizar o discurso não verbal (mais especificamente as imagens) e os recursos utilizados na sua produção, como auxiliares para a interpretação e significação de ilustrações. Analisa a multimodalidade discursiva, demonstrando, por meio de exemplos práticos, ser possível a produção de imagens no campo do Direito.

PALAVRAS-CHAVE

Semiótica; Análise de Discurso Crítica; imagem; gênero discursivo; multimodalidade; linguagem jurídica; Norman Fairclough.

ABSTRACT

The author reflects upon the theoretical grounds of Critical Discourse Analysis, by means of Fairclough's concepts. These are then inserted into the scope of Semiotics, with an aim at contextualizing non-verbal discourse (images, more specifically) and the resources used in its production as assistants in the process of both interpreting and assigning meaning to pictures.

She assesses multimodal discourse, showing the possibility of image-making within the legal field, by means of practical examples.

KEYWORDS

Semiotics; Critical Discourse Analysis, image/picture; discourse genre; multimodality; legal language; Norman Fairclough.

[...] *As palavras também estão aí para nos provar até que ponto as imagens podem nutrir a imaginação.*
(Martine Joly)

1 INTRODUÇÃO

Como base do sistema comunicativo, dentro do contexto social, o signo não é arbitrário, é intencional. A semiologia da significação permite o estudo de qualquer sistema de signos, independentemente da substância, ou quais sejam os seus limites: imagens, gestos, objetos, ritos, protocolos, espetáculos ou uso do espaço, de tal modo que poderão ou não constituir uma linguagem, dependendo das relações que unam os dois eixos que estruturam essa linguagem: o paradigmático e o sintagmático.

Ao fazer uma reflexão sobre o nosso cotidiano, historicamente sempre estivemos, estamos e estaremos envolvidos por alguma forma de expressão visual, interpretando e apreendendo o significado de algo silencioso, todavia vibrante e dinâmico. Diz-se que o ser humano sempre raciocinou vendo: as múltiplas imagens, ricas em simbolismo, impressionam o cérebro, em que são primeiramente percebidas e depois analisadas. Sobre o indivíduo que vê, a imagem é constituída de forma a impressionar, expressar e construir. É sentido, provoca uma emoção. Tem um significado próprio, valor e símbolo capazes de construir uma linguagem que comunique uma ideia. Enfim, tudo o que vemos nos comunica alguma coisa: cores, formas, texturas, ideologias, conceitos.

Na era primitiva, oportunidade em que os nossos antepassados nas cavernas, ainda sem o domínio da palavra, já insinuavam uma forma de entendimento – usando gestos –, o homem

nhecimento, nem quanto às suas funções políticas e econômicas, e a aplicação dos métodos semióticos na leitura de imagens deverá servir como instrumento de estudo com objetivos bem definidos.

Abordar o tema “O Direito além das palavras”, na verdade, foi uma ousadia. Há muito se discute a simplificação da linguagem jurídica na sociedade, porém, entre vários teóricos estudados, não observei nenhum estudo a respeito da dificuldade em se traduzir a linguagem jurídica e passá-la para o papel, por meio de ilustrações ou imagens.

Assim, com o estudo da análise do discurso, em geral, e da multimodalidade, em particular, acreditei ser, além de inovadora, importante a minha colaboração no sentido de demonstrar a interdisciplinaridade presente nas propostas da Análise de Discurso Crítica, Direito, Semiótica e multimodalidade.

O objetivo foi trazer os principais conceitos da Análise de Discurso Crítica e de teorias subjacentes a fim de auxiliarem na investigação sobre o papel da multimodalidade. É possível – embora se trate de um discurso inacessível à maioria da população – ilustrar e consequentemente entender o discurso jurídico clara e objetivamente.

Para tanto, foi preciso fazer uma síntese da teoria da Análise de Discurso Crítica, notadamente a respeito da proposta da teoria da prática social de Fairclough (2001). Em segundo lugar, propus um estudo da Semiótica – ciência responsável pelos signos e símbolos que auxiliam as pessoas no entendimento das imagens para saber se elas condizem com o que está sendo dito no texto. Daí surgiu o seguinte questionamento: é possível interpretar o discurso jurídico por meio de imagens? Com auxílio dos livros pesquisados e da minha prática social, concluí que sim. Para exemplificar e provar isso, analisei a produção ilustrativa usada no gênero discursivo multimodal da *Revista CEJ*, bem como a sua ligação com os textos jurídicos ali escritos.

Desse modo, busquei identificar os principais conceitos da análise do discurso, com ênfase na teoria social de Fairclough (2001), para quem é preciso incluir os elementos “atividade produtiva”, “meios de produção”, “relações sociais”, “identidades sociais”, “valores culturais”, “consciência e produção de significados” no momento da prática social e explicar que, mediante esses elementos e uso dos recursos multimodais e de significação das coisas e cores, é possível simplificar o discurso jurídico e se ter outra opinião a respeito desse tipo de linguagem, por vezes tão complexa que somente as pessoas da área conseguem entender.

Dividi basicamente o trabalho em quatro grandes tópicos: 1) análise do discurso em Fairclough (2001) e sua síntese teórica; 2) estudo da Semiótica, da produção das imagens e as implicações silenciosas delas; 3) o gênero discursivo em Fairclough (2001) e sua relação com a multimodalidade, o discurso e leitura das imagens e 4) o discurso jurídico e análise do “corpus” no gênero revista.

Sem pretensão de esgotar o assunto, espero ter colaborado para uma reflexão acerca da produção de imagens no sentido de simplificação da linguagem jurídica bem como da utilização de recursos vários para uma prática não muito comum: a de transformar textos de difícil interpretação em uma leitura mais agradável e mais leve.

O sistema de comunicação visual hoje apresenta destaque, seja por um rabisco, um desenho, uma cor, uma letra ou uma forma qualquer, em algum lugar, a imagem chega para informar algo, silenciosamente, expressando um significado, para definir um local, uma situação, orientar o pensamento, formar valores.

já tinha contato com as imagens. Simbolicamente representavam os fatos do dia a dia, mostravam o meio ambiente e as primeiras manifestações sociais pelo seu rústico desenho.

Como tudo na vida evolui, com a imagem não poderia ser diferente. O sistema de comunicação visual hoje apresenta destaque, seja por um rabisco, um desenho, uma cor, uma letra ou uma forma qualquer, em algum lugar, a imagem chega para informar algo, silenciosamente, expressando um significado, para definir um local, uma situação, orientar o pensamento, formar valores.

Discursos são maneiras particulares de representar aspectos do mundo, logo, diferentes discursos são diferentes perspectivas do mundo, associadas a diferentes relações que as pessoas estabelecem com o mundo e projetos de mudança do mundo em direções particulares.

A importância dos símbolos não pode ser subestimada nem quanto às suas funções práticas de comunicação e co-

2 ANÁLISE DO DISCURSO CRÍTICA – SÍNTESE TEÓRICA

Diversos campos científicos utilizam a expressão “análise do discurso” para identificar sua prática analítica. Sobre tudo, a partir da década de 1960, o estudo da língua por ela mesma começou a ser desestabilizado com novas propostas. Surgiu, notadamente, a preocupação com o uso da linguagem, estendendo-se para além da frase/oração, tendo em vista a introdução de componentes pragmáticos bem como de análise social do estudo da língua, com o objetivo de se combater o formalismo, dando lugar ao surgimento de diferentes práticas sob o rótulo de “análise do discurso”. Embora indiscutível o pioneirismo de Bakhtin no quadro de críticas, a partir de 1970, surgiram duas práticas em particulares conjunturas, com propostas de reformulação da teoria linguística: a análise do discurso de linha francesa e a linguística crítica no mundo anglossaxão – que posteriormente vai construir a análise do discurso crítica – abarcando vários empreendimentos teóricos, dentro dos quais está a obra “Discurso e mudança social”, de Norman Fairclough, que apresenta fundamentos da sua teoria social do discurso.

Quando se utiliza do termo “discurso”, Fairclough considera o uso da linguagem como forma de prática social e não como atividade puramente individual ou reflexo de variáveis situacionais. O discurso deve ser visto como um modo de ação, como prática que altera o mundo e os indivíduos que o compõem. A dimensão do discurso constitutiva do social, inspirada em Foucault, possui três efeitos: 1) o discurso contribui para a construção das “identidades sociais” e posições do sujeito, para o sujeito social e os tipos de “eu”; 2) o discurso contribui para a construção das relações sociais; 3) o discurso contribui para a construção de sistemas de conhecimento e crença. São, portanto, essas as três funções da linguagem e soma-se a elas uma função desenvolvida por Halliday, a função textual do discurso – que trata das ligações das partes do texto com outras precedentes e seguintes e com a situação social fora do “texto”.

A proposta de Fairclough caracteriza-se por um esforço de síntese de múltiplas contribuições teóricas – mesmo aquelas

que se contrapõem –, cujo resultado deve auxiliar a pesquisa científica social a estudar os processos de mudança social.

No artigo “Teoria crítica do discurso e texto”, a professora da UnB e doutora em Linguística, Izabel Magalhães, traz uma excelente apresentação da teoria crítica do discurso. Afirma que, *segundo Fairclough (2001), existe uma relação dialética entre os elementos das práticas sociais, o que significa a ‘interiorização’ de uns por outros, sem que haja redução entre eles. Melhor dizendo, as relações sociais, as identidades sociais, os valores e a consciência cultural apresen-*

Quando se utiliza do termo “discurso”, Fairclough considera o uso da linguagem como forma de prática social e não como atividade puramente individual ou reflexo de variáveis situacionais.

tam uma faceta discursiva (semiótica), embora sejam teorizados e pesquisados de forma diferente da linguagem. Daí porque a TCD (teoria crítica do discurso) é transdisciplinar (MAGALHÃES, 2004, p. 115), de onde se pode concluir que é impossível realizar uma análise do discurso crítica sem que se percebam os elementos sociais e suas relações com o todo, onde o discurso está inserido. Mais adiante, ela explica que a análise do discurso oferece uma ‘variedade de teorias’, principalmente teorias sociais e linguísticas [...], teorizando em particular a ‘mediação entre o social e o linguístico (MAGALHÃES, 2004, p. 116).

Afirma a autora citada, no mesmo artigo: *nas práticas sociais, o discurso se apresenta de três formas: como ação, representação e identificação (FAIRCLOUGH, 2003). Esses são os principais tipos de sentidos dos textos, correspondendo a gêneros discursivos, discursos e estilos. Os gêneros discursivos são (inter)ações, que caracterizarei como formas textuais e sentidos derivados dos propósitos das situações sociais (Idem).*

Fairclough defende o discurso como prática política e ideológica, além da sua conhecida teoria da prática social. Como prática política, o discurso estabelece, mantém e transforma as relações de poder bem como as entidades coletivas em que existem tais relações. Como prática ideológica, o discurso, segundo o autor, constitui, naturaliza, mantém e também

transforma os significados de mundo nas mais diversas posições das relações de poder. Mais detalhadamente, tratarei a respeito da teoria social de Fairclough no próximo item.

2.1 ENFOQUE SOCIAL DE FAIRCLOUGH

O trabalho de Fairclough é baseado na linguística funcional de Halliday, teoria que considera a linguagem na forma como ela é configurada pelas funções sociais que deve atender.

Para Fairclough, a localização da Análise de Discurso Crítica está em ver o discurso como um momento de prá-

tica social, sabendo que todas as práticas incluem os seguintes elementos: atividade produtiva, meios de produção, relações sociais, identidades sociais, valores culturais, consciência e produção de significados. Esses elementos se acham relacionados dialeticamente, isto é, não são elementos discretos, embora sejam diferentes.

Por sua vez, em conformidade com o autor, as práticas sociais que são construídas de maneira concreta, em forma de redes, constituem uma ordem social.

O foco de Fairclough é a mudança discursiva em relação à mudança social e cultural. Como as mudanças ocorrem nos eventos discursivos, as origens e as motivações imediatas que as geram no evento comunicativo estão nas convenções para os produtores ou intérpretes, o que pode ocorrer de diversas formas. Os produtores enfrentam os dilemas criativamente e, assim, geram mudanças discursivas. Em relação à dimensão textual do discurso, as mudanças deixam marcas no texto que podem ser mesclas de estilos formais e informais, vocabulários técnicos e não técnicos, marcadores de autoridade e familiaridade, formas sintáticas típicas da escrita e da oralidade etc. Quando a mudança é estabelecida, não é mais percebida pelos intérpretes como uma “colcha de retalhos”, estabelecendo-se novas hegemônias no discurso.

Já o discurso é tanto um modo de ação (como as pessoas agem sobre o mundo e sobre as outras) como um modo de representação (há uma dialética entre ele e a estrutura social). O discurso, ainda, é tanto moldado como restringido pela estrutura social. *Os eventos discursivos específicos variam em sua determinação estrutural segundo o domínio social particular ou o quadro institucional em que são gerados* (FAIRCLOUGH, 2001, p. 91). Eles são, também, socialmente constitutivos. O discurso é uma prática de representação e de significação do mundo, constituindo e *construindo esse mundo em significado* (FAIRCLOUGH, 2001, p. 91).

Para trabalhar com o discurso, Fairclough (2001, p. 100) sugere uma análise tridimensional, explicando que qualquer evento ou exemplo de discurso pode ser considerado, simultaneamente, um texto (análise linguística), um exemplo de prática discursiva (análise da produção e interpretação textual) e um exemplo de prática social (análise das circunstâncias institucionais e organizacionais do evento comunicativo).

Para atender a esse modelo tridimensional, deverão ser consideradas

consumo textual. Esses processos são sociais, por isso exigem referência aos ambientes econômicos, políticos e institucionais particulares, nos quais o discurso é gerado.

A prática discursiva (produção, distribuição e consumo), por sua vez, está baseada na tradição interpretativa ou microsociológica de considerar a prática social como algo que as pessoas, ativamente, produzem e apreendem com embasamento em procedimentos compartilhados consensualmente. Trata-se, portanto, de uma análise chamada de “interpretativa”, pois é uma dimensão que trabalha com a natureza da produção e interpretação textual.

3 SEMIÓTICA – CONCEITOS E ANÁLISE DO DISCURSO

A fim de que se possa ter uma análise sobre a produção de imagens mais adiante, relacionando-a à análise do discurso jurídico, faz-se necessário tratar de alguns conceitos e funções da Semiótica, de forma geral.

Assim, apresento a seguinte definição, retirada da *internet*: *Semiótica – ciência que estuda todo tipo de linguagem, tanto as verbais quanto as visuais.*

A proposta de Fairclough caracteriza-se por um esforço de síntese de múltiplas contribuições teóricas – mesmo aquelas que se contrapõem –, cujo resultado deve auxiliar a pesquisa científica social a estudar os processos de mudança social.

três perspectivas analíticas, a multidimensional, a multifuncional e a histórica: a primeira, para avaliar as relações entre mudança discursiva e social e, também, para relacionar as propriedades particularizadas de textos às propriedades sociais de eventos discursivos; a segunda, a multifuncional, para averiguar as mudanças nas práticas discursivas que contribuem para mudar o conhecimento, as relações e identidades sociais; finalmente, a histórica, para discutir a *estruturação ou os processos ‘articulatórios’ na construção de textos e na constituição, em longo prazo, de ‘ordens de discurso’* (FAIRCLOUGH, 2001, p. 27).

A análise de um discurso, tomado como exemplo particular de prática discursiva, focaliza os processos tanto de produção e de distribuição como de

Quando dizemos que a semiótica é a ciência de todas as linguagens, a primeira reação é pensar que linguagem é sinônimo de língua, mas não; ela é tudo aquilo que faz sentido para nós, ou seja, todas as linguagens que o ser humano, um ser simbólico, é capaz de criar.

A intervenção da Semiótica – sobretudo a fundada por Charles Sanders Peirce (1839-1914) – oferece ao aluno uma visão mais abrangente dos signos e dos códigos, demonstrando-lhes a importância na formulação do raciocínio e, por conseguinte, na sua expressão e comunicação eficientes. É a ciência semiótica que otimiza a observação das relações entre sensibilidade, reação e raciocínio, a partir do que se torna possível acompanhar e compreender a evolução de um simples sinal ao estatuto de signo e sua participação no engendramento do texto e da comunica-

ção. A Semiótica – em sua corrente norte-americana – explicita os mecanismos de produção de textos, observando os signos que os constituem em três níveis: a) das qualidades, que tocam a sensibilidade e despertam a função cerebral; b) das relações, que provocam reações sensitivas deflagradoras de associações entre experiências vividas e estratégias a desenvolver; c) o das generalizações, que possibilitam a construção de leis gerais aplicáveis em situações análogas futuras.

Exemplo: a) a sensação provocada por uma cor aciona mecanismos cerebrais que se repetirão todas as vezes que aquela qualidade – cor X – apresentar-se à mente captável; b) a reação resultante da sensação experimentada buscará interpretá-la em consonância com experiências prévias – a cor de ??? ou em ??? – similares (ou análogas) vividas ou observadas; c) a denominação da experiência – cor X como cor de algo – gera uma convenção reaplicável a situações similares (ou análogas) futuras. Como se vê, a intervenção semiótica opera diretamente no eixo mental, permitindo o armazenamento de vivências não só para reutilização posterior, mas também para transformação e extensão na solução de novos problemas com que o indivíduo (no sentido biológico, já que há estudos semióticos no âmbito não humano) possa vir a defrontar-se.

No texto “Teoria multimodal da comunicação”, Daniel Marinho e outros afirmam: *sob a ótica da semiótica social os sinais seriam o resultado da ação motivada pelo seu produtor, o qual se expressa selecionando significantes capazes de exprimir o sentido desejado por ele. No entanto, a significação como processo ativo de interpretação também confere poderes ao leitor em relação ao texto do produtor. O mesmo texto pode gerar diferentes significados para diferentes leitores uma vez que os signos estão fortemente relacionados com as convenções sociais que o leitor aprende no decurso da sua existência.*

A Semiótica oferece subsídios para que o homem se veja como um signo no/do mundo e disponha-se a interagir com os demais signos, partilhando com eles um espaço solidário. Portanto, por meio de uma atitude semiótica, parece tornar-se possível o resgate da sensibilidade humana, uma vez que aquela ciên-

cia, em última análise, é a que nos ensina a “ver” (assimilar, compreender).

Geraldi (1997, p. 10) diz: *Construir sentidos no processo interlocutivo demanda o uso de recursos expressivos: estes têm situacionalmente a garantia de sua semanticidade; têm esta garantia precisamente por serem recursos expressivos que levam inevitavelmente o outro a um processo de compreensão, e este processo depende também das expressões usadas e não só de supostas intenções que o interlocutor atribua ao locutor.*

Orlandi (1996, p. 2) afirma que, em face de qualquer objeto simbólico, o sujeito se encontra na necessidade de “dar” sentido. E o que é dar sentido? Para o sujeito que fala, é construir sítios de significância (delimitar domínios), é tornar possíveis gestos de interpretação.

O ato de “dar sentido” implica a consideração do valor comunicativo da língua portuguesa como língua materna e nacional. Assim, nota-se a importância de se ter um conhecimento enciclopédico associado ao conhecimento signico – sempre associado ao linguístico, em particular – como base da capacitação do sujeito para a leitura do mundo com olhos próprios, ou seja, para a autonomia de interpretação dos signos do mundo, para a formação da cidadania independente.

3.1 O DISCURSO VERBAL E O NÃO VERBAL

Nas últimas três ou quatro décadas, o mundo ocidental tem testemunhado uma grande mudança nas formas de produzir e ler os textos que circulam socialmente. Até há pouco tempo, os modos de representação comunicacional dos textos verbais (fala e escrita) e não verbais (imagens, sons, gestos etc.) eram tratados de forma isolada, conforme suas especificações. Essas fronteiras, no entanto, estão diminuindo cada vez mais. Ilustrações, fotos, gráficos, diagramas etc., aliados a recurso de composição e impressão, como tipo do papel, cor, diagramação da página, formato das letras etc. têm sido sistematicamente integrados aos gêneros textuais escritos. Com isso, os textos passam a ser percebidos como “constructos multimodais” dos quais a escrita é apenas um dos modos de apresentação das mensagens.

De forma analógica, nos gêneros textuais orais, a análise da fala não pode mais prescindir dos gestos, entonações, expressões faciais etc., presentes em quaisquer trocas verbais.

Ingedore Koch (2002, p. 17) afirma que *o relacionamento do homem tanto com a natureza quanto com os seus semelhantes é mediado por símbolos; em outras palavras, as relações homem-natureza e homem-homem se estruturam simbolicamente. Ao passo que o relacionamento entre o homem e a linguagem como representação do mundo é tratado à luz da semântica, a interação social do homem na e pela linguagem constitui objeto de estudo da pragmática.*

A Semiótica oferece subsídios para que o homem se veja como um signo no/do mundo e disponha-se a interagir com os demais signos, partilhando com eles um espaço solidário.

Ao realizar pesquisas, observei que os significados da imagem não estão somente nos elementos da imagem *mas são adquiridos quando esses elementos são consumidos, vistos e interpretados* (STURKEN; CARTWRIGHT *apud* SILVA, 2001). Assim, os significados das fotografias, imagens diversas ou ilustrações podem ser criados e/ou modificados a cada vez que elas forem vistas, e o contexto sócio-histórico de quem a produz e de quem a vê influenciará na sua interpretação.

Interpretar imagem é ampliar o seu ponto de vista. No estudo do silêncio, Orlandi (1992) observa que os mecanismos de análise que apreendem o discurso verbal por meio do discurso não verbal revelam um efeito ideológico de apagamento, que se produz entre os diferentes sistemas significantes, dando sustentação, dentre outros, ao “mito” de que a linguagem só pode ser entendida como transmissão de informação, ou como sistema para comunicar. O que leva, por um lado, a estabelecer-se uma relação entre um objeto determinado (verbal ou não verbal) e o seu sentido, e por outro, a trabalhar não com a materialidade significativa de cada linguagem em si mesma, mas sim com a tradução do não verbal em verbal, mascarando as diferenças, a especificidade de cada uma das formas

da linguagem. Os estudos sobre as formas do silêncio vêm, a um só tempo, contribuir tanto à compreensão da materialidade do não verbal, quanto à ampliação do objeto da análise do discurso, ao apontar caminhos para se descrever e entender o não verbal.

Os dois níveis de discurso – verbal e não verbal – podem se apresentar e atuar concomitantemente nas interações entre indivíduos, complementando-se ou contrapondo-se no discurso. Em determinadas situações socioculturais, poderá ocorrer uma justaposição de um nível sobre o outro, como, por exemplo, nas conversas telefônicas, em que a fala está mais presente, embora, para a linguagem, um dos canais não verbais

esteja também atuando. Por outro lado, quando se assiste a uma peça de teatro ou a um espetáculo de dança, o corpo em movimento pode ser a forma mais privilegiada de comunicação.

Assim, o discurso verbal pode ser usado para ampliar o não verbal e vice-versa. Essas duas formas de comunicação podem ainda corresponder no seu conteúdo expresso ou ser discordantes, criando cisões entre o que o indivíduo verbaliza e o que seu corpo ou imagem expressa.

O estudo sobre o discurso não verbal ganhou novo impulso nas últimas décadas. As pesquisas se diversificaram e focalizaram diferentes aspectos a serem estudados, tanto no que diz respeito à diversidade de canais, quanto às modalidades de sinais.

As investigações científicas sobre o fenômeno da comunicação verbal e não verbal são de grande valia para a compreensão dos relacionamentos interpessoais. Acredito que uma das razões do grande interesse pelos estudos do discurso não verbal pode estar, provavelmente, relacionada à sua importância e representatividade no processo de relacionamento e compreensão mútua entre os seres humanos. Esta importância é evidenciada pelo papel que o não verbal *desempenha no sistema total de comunicação, a tremenda quantidade de si-*

nais informativos que proporciona em toda situação particular, e a que se utiliza nas áreas fundamentais da vida cotidiana (KNAPP, 1982).

Quando estamos diante dos discursos verbais, o trabalho metodológico, analítico e interpretativo, de longa tradição na nossa área, dá-se sempre esmiuçando campos semânticos, micro e macro organizações sintáticas, marcas e articulações enunciativas que caracterizam o discurso em foco e indiciam sua heterogeneidade, o gênero a que pertencem e os gêneros que nele se articulam, a tradição das atividades em que se inserem, o inusitado de sua forma de ser discursivamente, sua participação ativa nas esferas de produção, circulação e recepção, o que lhes confere existência, *status* e efetiva atuação. Quando escolhemos textos visuais e não visuais ou “verbo-visuais” (fotos e suas legendas; pintura e seu título; composições visuais em jornais, filmes etc.), também é possível lançar mão de muitos desses aspectos, respeitando as particularidades da construção textual e discursiva da imagem. Esse cuidado com a dimensão específica da visualidade nos obriga, também, a reformular construtos teóricos e metodológicos, uma vez que não se trata de testar determinados conceitos ou determinada teoria, mas discutir a produção de sentidos desses discursos.

3.2 A POLICROMIA COMO RECURSO IMAGÉTICO

O texto de imagens também tem na sua constituição marcas de heterogeneidade, como o implícito, o silêncio, a ideologia, o contexto. Marcas, porém, que não podem ser pensadas como vozes, porque analisar o não verbal pelas categorias de análise do verbal implicaria a redução de um ao outro. Policromia, de acordo com Houaiss, consiste no *processo de*

Até há pouco tempo, os modos de representação comunicacional dos textos verbais (fala e escrita) e não verbais (imagens, sons, gestos etc.) eram tratados de forma isolada, conforme suas especificações. Essas fronteiras, no entanto, estão diminuindo cada vez mais.

impressão que utiliza mais de três cores. O conceito desse tipo de impressão recobre o jogo de imagens e cores, no caso, elementos constitutivos da linguagem não verbal, permitindo, assim, caminhar na análise do discurso do não verbal. O jogo de formas, cores, imagens, luz, sombra, remete-nos a diferentes perspectivas instauradas pelo “eu” na imagem, o que favorece não só a percepção dos movimentos no plano discursivo-ideológico, quando se tem a possibilidade de se interpretar uma imagem por meio de outra.

Por isso, a policromia revela também a imagem em sua natureza heterogênea, ou melhor, como conjunto de heterogeneidades que, ao possuírem uma correlação entre si, emprestam à imagem a sua identidade. Essa correlação se faz por meio de operadores discursivos não verbais: a cor, o detalhe, o ângulo da câmara, um elemento da paisagem, luz e sombra etc., os quais não só trabalham a textualidade da imagem, como instauram a produção de outros textos, todos não verbais.

Ao se interpretar a imagem pelo olhar – e não por meio da palavra – apreende-se a sua matéria significativa em diferentes contextos. O resultado dessa interpretação é a produção de outras imagens (outros textos), produzidas pelo espectador a partir do caráter de incompletude inerente ao discurso verbal e não verbal. Quando se recorta pelo olhar um dos elementos constitutivos de uma imagem, produz-se outra imagem, outro texto, sucessivamente e de forma plenamente infinita, caracterizando uma recursividade.

A interpretação do discurso não verbal se efetiva, então, por esse efeito de sentidos que se institui entre o olhar, a imagem e a possibilidade do recorte, a partir das formações sociais em que se inscreve tanto o sujeito-autor do texto não verbal, quanto o sujeito-espectador.

O conjunto de elementos visuais possíveis de recorte – entendido como “operadores discursivos” – favorece uma rede de associações de imagens, o que dá lugar à tessitura do texto não verbal. A apreensão dessas relações, por sua vez, revela o discurso que se instaura pelas imagens, independentemente da sua relação com qualquer palavra.

Não se pode desconsiderar, segundo Kress, que o modo de inscrição, ou seja, o papel, bem como o material usado na produção de uma imagem, influencia na aceitação ou não desse tipo de discurso, o visual.

Esse tipo de discurso, no caso, deixa antever o trabalho de um sincretismo de imagens (rede de associações) de caráter ideológico. Trata-se, então, da possibilidade de falar de implícitos no âmbito da imagem. As imagens implícitas funcionam como pistas, favorecendo a compreensão das associações de ordem ideológica (o discurso), ou favorecendo a compreensão da narratividade de uma publicidade, filme etc., sem se ater exclusivamente ao verbal, mas buscando uma articulação num plano discursivo não verbal e revelando a tessitura da imagem em sua heterogeneidade.

3.3 A SIGNIFICAÇÃO DA IMAGEM

Como quem constrói o discurso tem à sua disposição uma série de possibilidades para construir a ideia, todo produto discursivo é feito de uma seleção de elementos escolhidos para transmitir uma ideia dentro de uma série de possibilidades existentes dentro de um paradigma qualquer. Quando combinados dentro de um espaço textual, esses elementos começam a agir entre si, produzindo a significação do texto.

A informação visual está presente dentro de casa, na rua, no trabalho. O desafio do ilustrador ou *design*, como se diz modernamente, é a integração, a comunicação e a informação numa comunidade específica, ou seja, encontrar uma solução gráfica que possa contribuir e atender determinado meio social.

Segundo Kress (2000), as imagens fazem parte de quase todos os textos que usamos na vida diária, quer seja no campo pessoal, profissional ou acadêmico e, ainda segundo o mesmo autor, *agora é impossível compreender os textos, até mesmo as suas partes linguísticas somente, sem ter uma ideia clara de como esses outros elementos podem estar contribuindo para o significado do texto* (KRESS, 2000, p. 337).

A imagem é, portanto, um instrumento de intercessão entre o homem e o mundo. Assim, é um documento que serve para ver o próprio mundo e interpretá-lo, pois é um instrumento

de conhecimento e história ao fornecer informações sobre os objetos, lugares, pessoas, em formas visuais tão diversas, e preservá-los no tempo.

As imagens, em geral, são capazes de produzir uma sintaxe que pode levar os indivíduos a darem respostas agindo com a emoção e não com a razão apenas. A linguagem visual é um meio perfeito de comunicação capaz de criar esses efeitos. Imagem, portanto, vincula-se, no campo da arte, à representação visual: pinturas, iluminuras, ilustrações decorativas, desenho, gravura, filmes, vídeo e fotografia.

Para a leitura de imagens, a metodologia utilizada pela Semiótica propõe a construção de um esquema visual, por meio da descrição detalhada dos planos de expressão, ou seja, seus elementos (ponto, linha, forma, textura, cor, suporte) e procedimentos (equilíbrio, simetria, assimetria, simplicidade, complexidade, exatidão, distorção, planura, profundidade, repetição etc.) e das relações deste com o plano do conteúdo, transitando incansavelmente entre estes dois planos, da parte para o todo e vice-versa, na busca de novos sentidos.

3.4 O IMPLÍCITO, O SILÊNCIO E A IMAGEM

Em toda palavra, texto, imagem ou outro objeto de discurso, existe uma significação, explícita ou implícita.

Ingedore Koch (2002, p. 26) afirma que *a significação implícita, mais sutil, onde se encontram as indicações modais, das intenções do falante, ou seja, o modo como o conteúdo é comunicado e que estabelece, no enunciado, as condições particulares no interior das quais se dá a comunicação.*

Mais adiante, a mesma autora cita Ducrot, que identificou três formas de implícito: o baseado na enunciação, o baseado no enunciado e o implícito do enunciado.

Segundo a autora, não se pode esquecer-se de que a significação se dá sob dois modos: o da mostração (implícito) e o da representação (explícito), *que correspondem à diferença entre o mostrar e o dizer, a que se fez referência* (KOCH, 2002, p. 27). E ainda continua: *o mostrar está ligado à enunciação. Visto à luz do processo de enunciação, o enunciado passa a ter um sentido, que incorpora o processo de significação e mostra a di-*

reção para o qual o enunciado aponta, o seu futuro discursivo (Idem, p. 28). É preciso, então, compreender que a significação do enunciado é feita mediante relação entre linguagem e mundo (semântica), enquanto o sentido vem da relação entre linguagem e homens (pragmática).

Segundo Fairclough, as implicaturas ou implícitos são informações que uma sentença veicula, que não constituem, em princípio, o objeto verdadeiro do significado, mas que aparecem por meio de conteúdos explícitos.

A noção de implícito formulada por Ducrot (1987) prevê modos de expressão

[...] o discurso verbal pode ser usado para ampliar o não verbal e vice-versa. Essas duas formas de comunicação podem ainda corresponder no seu conteúdo expresso ou ser discordantes, criando cisões entre o que o indivíduo verbaliza e o que seu corpo ou imagem expressa.

implícita, que permitem deixar entender sem ficar descoberta a responsabilidade de se ter dito, ou se expressar de tal forma de modo que a responsabilidade do dizer possa ser recusada.

Orlandi (1992) observa que a noção de silêncio não pode ser confundida com o implícito. Ao contrário do implícito (não dito), que significa por referência ao que foi dito, o silêncio não precisa ser referido ao dizer para significar. O silêncio significa, não fala. Nesse sentido, a matéria do significante do silêncio é diferente daquela da linguagem verbal. Ao promover-se, assim, o decentramento da linguagem verbal, abre à discussão as diferentes formas do silêncio no processo de significação. Com a imagem ocorre o mesmo. Há imagens que não estão visíveis, porém sugeridas, implícitas a partir de um jogo de imagens previamente oferecidas. Outras são apagadas, silenciadas, dando lugar a um caminho aberto à significação, à interpretação.

Outra forma de silenciar a imagem é a que pode ser pensada por meio de um trabalho de interpretação, operado na mídia, quando esta se impõe entre o espectador e a imagem num processo de produção de significação bastante direcionado. A complexidade de um conjunto de imagens distintas se reduz a um processo de interpretação uniforme e um sentido (que se quer) literal se

impõe. Reduz-se a imagem a um dado complementar, destituindo-lhe o caráter de texto, de linguagem, uma vez que a imagem, ao ser traduzida mediante verbalização, apaga-se como elemento que pode se tornar visível. É o verbal que se superpõe ao não verbal.

4 GÊNEROS TEXTUAIS OU DISCURSIVOS

Segundo Cadore (1996), o vocábulo “gênero” é compreendido, etimologicamente, como significando “família”, “raça” ou “conjunto de seres dotados de características comuns”. Assim, a palavra “gênero” sempre foi bastante utilizada

pela retórica e pela literatura com um sentido especificamente literário, identificando os gêneros clássicos – o lírico, o épico, o dramático – e os gêneros modernos da literatura, como o romance, a novela, o conto, o drama etc.

Entretanto, Mikhail Bakhtin, linguista do enunciado e renomado pesquisador russo que, no início do século XX, dedicou-se aos estudos da linguagem e da literatura – foi o primeiro a empregar o vocábulo “gênero” com um sentido mais amplo, referindo-se também aos tipos textuais que empregamos nas situações cotidianas de comunicação.

De acordo com ele, os textos produzidos, tanto orais como escritos, proporcionam um conjunto de características concernentemente estáveis, tendo-se ou não consciência delas. Essas características configuram diferentes tipos ou gêneros textuais que podem ser identificados por três aspectos básicos coexistentes: o assunto, a estrutura e o estilo.

A opção de gênero não é inteiramente automática, uma vez que se deve levar em consideração um conjunto de parâmetros essenciais, como quem está falando, para quem se está falando, qual é o seu objetivo e qual é o assunto do texto ou discurso.

Segundo L. A. Marcuschi e Xavier (2004), os gêneros textuais ou discursivos, como práticas sócio-históricas,

compõem-se como atividades para atuar sobre o mundo e dizer o mundo, constituindo-o de algum modo. Para eles, são textos orais ou escritos solidificados em situações de comunicação decorrentes. O ponto de partida para a discussão desta noção de gênero é estabelecido por Bakhtin, que afirma: *A utilização da língua efetua-se em forma de enunciados (orais e escritos) [...]. O enunciado reflete as condições específicas e as finalidades de cada uma das esferas [esferas da atividade humana], não só por seu conteúdo (temático) e por seu estilo verbal, ou seja, pela seleção operada nos recursos da língua – recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais –, mas também, e, sobretudo, por sua construção composicional. Estes três elementos (conteúdo temático, estilo e construção composicional) fundem-se indissolivelmente no todo do enunciado, e todos eles são marcados pela especificidade de uma esfera de comunicação. Qualquer enunciado considerado isoladamente é, claro, individual, mas cada esfera de utilização da língua elabora seus tipos relativamente estáveis de enunciados, sendo isso que denominamos “gêneros do discurso”* (BAKHTIN, 2003, p. 279).

Assim, gêneros textuais ou discursivos são os textos (orais ou escritos) que estão presentes em nossa vida diária com padrões sociocomunicativos característicos definidos por sua composição, objetivos enunciativos e estilos concretamente realizados por forças históricas, sociais, institucionais e tecnológicas. Os gêneros constituem uma listagem aberta, são entidades empíricas em situações comunicativas e se expressam em designações tais como: sermão, carta comercial, carta pessoal, romance, bilhete, reportagem jornalística, aula expositiva, horóscopo, receita culinária, bula de remédio, lista de compras, cardápio de restaurante, resenha, edital de concurso, piada, conversa espontânea, conferência, *e-mail*, bate-papo por computador, aulas virtuais, revistas, e assim por diante.

O desafio do ilustrador ou design, como se diz modernamente, é a integração, a comunicação e a informação numa comunidade específica, ou seja, encontrar uma solução gráfica que possa contribuir e atender determinado meio social.

Como tal, os gêneros são formas textuais escritas ou orais bastante estáveis, histórica e socialmente situadas (BRONCKART, 1999, p. 75). Segundo Bakhtin (2003, p. 277), são três as características que definem um gênero: plano composicional, estilo e conteúdo temático.

O acelerado desenvolvimento das novas tecnologias de informação e comunicação, principalmente, as formas de comunicação mediadas pelo computador, têm propiciado o surgimento de novos processos de interação. Tais processos, todavia, nem sempre se apresentam de forma totalmente inédita; são, geralmente, adaptações ou reconfigurações de formas convencionais de comunicação.

Para exemplificar, utilizei o gênero “revista jurídica”, em que predomina o discurso jurídico, como demonstração de um tipo de gênero multimodal, conforme analisarei mais adiante, para chegar à conclusão deste estudo.

4.1 A ABORDAGEM DE GÊNERO DE FAIRCLOUGH

De acordo com Fairclough (2003, p. 65), gêneros são o *aspecto especificamente discursivo de formas de agir e interagir no curso dos eventos sociais*. Desse modo, analisar um texto ou interação em termos de gênero é investigar como ele atua na e contribui para a ação e interação nos eventos sociais. Um aspecto característico da abordagem desse autor é a conexão que ele estabelece entre a análise dos gêneros e vários temas na pesquisa social.

Os gêneros individuais de um texto ou interação podem ser analisados, segundo Fairclough (2003), em termos de (1) atividade (o que as pessoas estão fazendo discursivamente), (2) relações sociais (quais são as relações sociais entre elas) e (3) tecnologia comunicativa (de qual tecnologia de comunicação a atividade depende).

Quanto mais ritualizada a atividade, mais relevante é tal análise. O autor conclui que precisamos olhar para os estágios ao analisar um texto, mas não podemos esperar sempre encontrar uma estrutura genérica clara.

Quanto à interação, Fairclough (2003, p. 75) afirma que *os gêneros, como formas de interação, constituem tipos particulares de relações sociais entre os interagentes*. As relações sociais são relações entre agentes sociais, que podem ser organizações, grupos ou indivíduos, entre os quais se dá a comunicação. De acordo com o referido autor, uma forma de distinguir entre gêneros é observar a tecnologia comunicativa para a qual eles são especializados, e o desenvolvimento nas tecnologias de comunicação é um fator na mudança de gêneros. Um exemplo é o surgimento dos formatos, que reúnem gêneros característicos de outras tecnologias (tipografia) e gêneros que se desenvolveram como parte da mudança tecnológica (*e-mail*). Uma observação interessante de Fairclough foi considerar que a novidade do formato se deve parcialmente a sua forma particular de multimodalidade, ao fato de ele reunir diferentes modos semióticos. Uma questão geral que surge na análise de gêneros é quais modos semióticos são usados e como eles são combinados.

4.2 GÊNERO MULTIMODAL E DISCURSO

De acordo com Van Leeuwen (2005), o gênero é um processo multimodal, constituído por estágios. Eis as principais características da teoria semiótica social do gênero: um gênero consiste de uma série de estágios com rótulos funcionais, que indicam seu trabalho comunicativo; cada estágio consiste de um ou mais dos mesmos atos de fala; a sequência dos estágios realiza uma estratégia particular para alcançar um objetivo comunicativo global; como cada estágio é homogêneo em termos dos atos comunicativos que contém, ele será também homogêneo em termos dos traços linguísticos que o caracterizam.

Assim, os gêneros são recursos semióticos, “fôrmas” para se realizar a comunicação. Eles são versáteis, mas não são neutros, livres de valor: eles são formas de comunicação cultural e historicamente específicas e realizam relações de poder cultural e historicamente específicas entre os participantes.

Com diversas pesquisas realizadas, concluí que o termo “discurso” tem várias orientações dentro da linguística: pode ser a fala em oposição ao texto escrito; amostras da linguagem dos participantes (falante e receptor) de uma interação e do

contexto em que ela ocorre; as diferentes construções linguísticas em diferentes contextos; os modos de representação da sociedade e agente de mudança social, sendo essa a acepção que utilizamos neste estudo. Discurso é *o uso de linguagem como forma de prática social e não como atividade puramente individual ou reflexo de variáveis situacionais* (FAIRCLOUGH, 2001, p. 90).

Dessa forma, é a linguagem que permeia as interações humanas e ela constrói os discursos envolvidos nessas interações. Ao considerar esse conceito, surgem três atribuições ao discurso: agir, representar e dialogar com a estrutura social. Como ação, ele permite que as pessoas ajam sobre o mundo e sobre as outras pessoas (FAIRCLOUGH, 2001, p. 91). Nessa interação, as pessoas assumem papéis representados pelos seus discursos. O diálogo entre discurso e estrutura social (tipo de classe econômica, nível de escolaridade, profissão e hierarquia dos participantes do discurso) condiciona os discursos a serem realizados.

Fairclough (2001, p. 101) considera discurso como texto e afirma que *realmente nunca se fala sobre aspectos de um texto sem referência à produção e/ou à interpretação textual*. Hodge e Kress (1988, *apud* Fairclough, 2001, p. 23) afirmam, que *é muito apropriado estender a noção de discurso a outras formas simbólicas, tais como imagens visuais [...]*. Assim, imagens também são discursos e, conseqüentemente, textos.

Com essas características, conforme já havia afirmado no início deste estudo, o discurso é uma forma de constituir e construir o mundo em significados (FAIRCLOUGH, 2001, p. 91). O discurso possui um poder construtivo tríplice, já que ele *cria, reforça, ou desafia: a) formas de conhecimento e crenças, b) relações sociais, e c) identidades ou posições sociais* (MEURER, 2005, p. 82). Para Meurer, a análise desses três efeitos pode servir para que os indivíduos tomem consciência de que é por meio dos discursos que eles “produzem, reproduzem, ou desafiam” as estruturas e as práticas sociais em que estão inseridos.

A partir desses estudos, concluí que esse poder construtivo tríplice materializa-se por meio de palavras e também em imagens. Fairclough (2001, p. 22) faz

referência à necessidade do estudo das implicações discursivas das imagens na construção de significado, quando cita que *os discursos são manifestados nos modos particulares de uso da linguagem e de outras formas simbólicas, tais como imagens*. Tomando a área de divulgação de temas/artigos jurídicos, em que se insere o *corpus* deste trabalho, Fairclough (1995, *apud* JORGE; HEBERLE, 2002, p. 179) conceitua o discurso por ela utilizado como sendo *usado como veículo para vender produtos, serviços, organizações, ideias e pessoas*.

A imagem é, portanto, um instrumento de intercessão entre o homem e o mundo. Assim, é um documento que serve para ver o próprio mundo e interpretá-lo, pois é um instrumento de conhecimento e história ao fornecer informações sobre os objetos, lugares, pessoas, em formas visuais tão diversas, e preservá-los no tempo.

Quando se realiza um trabalho de linguagem na perspectiva dos gêneros discursivos é necessário considerar a função do contexto para a compreensão das mensagens expressas pelos gêneros, pois a “ocasião de uso da linguagem” é definida em contexto da situação e contexto da cultura.

No contexto escolhido “revista jurídica”, seguiu o pensamento de Maroun (2009), que entende ter a profusão de imagens, nas práticas de escrita, aberto espaço para mudanças do discurso, e colocado em evidência a linguagem visual. Segundo ele, os textos requerem hoje não só aparato tecnológico, mas cores variadas e sofisticados recursos visuais, entrando em alta os textos multimodais, ou seja, aqueles que empregam duas ou mais modalidades semióticas em sua composição.

4.2.1 MULTIMODALIDADE

Diversos gêneros discursivos, como os anúncios publicitários, os manuais de instrução, os hipertextos, as charges, as tiras, o livro didático, as capas de revistas, ou outros recursos que estão por toda parte, possuem multimodalidade. Conforme Descardeci: *qualquer que seja o texto escrito, ele é multi-modal, isto é, composto por mais de um modo de apresentação. Em uma página, além do código escrito, outras formas de repre-*

sentação com a diagramação da página (layout), a cor e a qualidade do papel, o formato e a cor (ou cores) das letras, a formatação do parágrafo etc. interferem na mensagem a ser comunicada. Decorre desse postulado teórico que nenhum sinal ou código pode ser entendido ou estudado com sucesso em isolamento, uma vez que se complementam na composição da mensagem. (DESCARDECI, 2002, p. 20).

Considera-se a importância do elemento multimodal nos gêneros discursivos e que todo texto possibilita interação

entre seus participantes e produz discursos (implicações discursivas). Propus a análise da multimodalidade na *Revista CEJ*, mais adiante, como exemplo desse fato. Por esse motivo, apresentei o papel desempenhado pelo discurso nas práticas sociais por meio da linguagem verbal e não verbal. Conforme Fairclough (2001, p. 23), *é muito apropriado estender a noção de discursos a outras formas simbólicas, tais como imagens visuais e textos que são combinações de palavras e imagens – por exemplo, na publicidade*.

Na verdade, segundo Kress e Van Leeuwen (1996), mesmo um texto verbal tem outros modos de comunicação “co-presentes” que contribuem para o seu significado. Selvatici (2006) caracteriza os textos como multimodais, isto é, um conjunto de múltiplas formas de representação ou códigos semióticos que, por meios próprios e independentes, realizam sistemas de significados.

Tratar de multimodalidade não representa tratar de múltiplos modos de transmitir mensagem e conhecimento através de imagens, músicas e filmes. A multimodalidade também está na língua/linguagem, como afirma Kress e Van Leeuwen: Linguagem, por exemplo, é um modo semiótico porque pode se materializar em fala ou escrita, e a escrita é um modo semiótico também, porque pode se materializar como (uma mensagem)

gravada em uma pedra, como caligrafia em um certificado, como impressão em um papel, e todos esses meios adicionam uma camada a mais de significado (KRESS & VAN LEEWEUN, 2001).

Assim, todo texto pode ser multimodal, mesmo que só tenha texto escrito. O simples destaque do título, os usos de diferentes tipos de letras, tamanho e cor, tornam qualquer texto escrito multimodal.

Kress e Van Leeuwen (2001) apontam essa mudança, na qual a linguagem verbal deixa de explicar os significados nos gêneros discursivos, como consequência das mudanças nos meios de comunicação que passaram a dar espaço para outros meios além do linguístico. Com o advento da internet, e dos celulares com acesso à *web*, jornais e revistas *on-line* e *websites* passaram a explorar muitos outros recursos como ilustrações, música, vídeo e animações, para passar informações. A tecnologia, segundo Kress e Van Leeuwen (2001), ajudou muito ao desenvolvimento do uso de recursos semióticos na comunicação.

Todas essas mudanças levam a sociedade em geral a começar a experimentar mudanças, no intuito de criar ambientes condizentes e coerentes com o mundo que vivemos hoje, um mundo de palavras, imagens e sons: um mundo multimodal. O objetivo é prover a sociedade em geral de instrumentos que possam ajudá-la a desenvolver estratégias para ler (entender) textos e recursos multimodais e produzi-los.

4.2.1.2 MULTIMODALIDADE: A PERSPECTIVA DA LEITURA DA IMAGEM

As linguagens têm muitos sentidos. Por vezes são passíveis de muitas interpretações. As escolhas dos autores, na hora da produção, podem ser interpretadas de formas diferentes pelos leitores, gerando leituras diferentes das imaginadas na hora da

134

[...] gêneros textuais ou discursivos são os textos (orais ou escritos) que estão presentes em nossa vida diária com padrões sociocomunicativos característicos definidos por sua composição, objetivos enunciativos e estilos concretamente realizados por forças históricas, sociais, institucionais e tecnológicas.

produção. Por outro lado, na hora de usarmos recursos visuais, como imagens (fotos, desenhos, figuras), inicialmente, temos a impressão de que certa imagem gera apenas uma leitura, uma interpretação. Dessa forma, os profissionais podem pensar que as imagens indicam apenas um significado. Mas, de acordo com Marita Sturken e Lisa Cartwright (2001), uma única imagem pode servir a múltiplos propósitos, aparecer em uma gama de diferentes situações, significar coisas diferentes para pessoas diferentes. Os papéis das imagens são múltiplos, diversos e complexos. É preciso, segundo as autoras acima, “praticar o olhar”, aprender a olhar, pois, segundo elas, olhar é uma atividade que envolve uma grande quantidade de propósito e direção, envolve aprender a interpretar.

Vários autores afirmam que uma imagem não é espelho de uma realidade, mas pode espelhar várias realidades, dependendo do olhar de quem olha.

É necessário considerar que as imagens são constitutivas em textos e não funcionam apenas como um enfeite. Para Kress e Van Leeuwen (1996, p. 39), *a multimodalidade dos textos escritos tem sido ignorada no contexto educacional, na teoria linguística ou no senso comum popular. Hoje, na era multimídia, pode repentinamente ser percebida de novo.* Dionísio (2006, p. 159) cita que *imagem e palavra mantêm uma relação cada vez mais próxima, cada vez mais integrada.* Conforme Kress e Van Leeuwen já explicitaram, ela também credita essa integração ao desenvolvimento de novas tecnologias. Dionísio (2006) classifica nossa sociedade como “cada vez mais visual”. Afirma, com propriedade, que textos multimodais são *especialmente construídos que revelam as nossas relações com a sociedade e com o que a sociedade representa.* Entende que tanto as ações sociais quanto os gêneros que explicitam essas ações são multimodais, pois se desenvolvem por meio de *no mínimo dois modos de representação: palavras e gestos, palavras e entonações, palavras e imagens, palavras e tipográficas, palavras e sorrisos, palavras e animações etc.* (DIONÍSIO, 2006, p. 160-161).

Dos tópicos da *Gramática Visual* (1996) de Kress e Van Leeuwen e pesquisa de Rigolin (2006), embasada nesses autores, serão aplicados alguns conceitos neste estudo. Quanto à representação e interação, Kress e Van Leeuwen (1996) afirmam que há uma relação entre o produtor e o espectador da imagem. Distinguem dois tipos de participantes nessa interação: *Participantes Representados* (pessoas, lugares e coisas representadas em imagens) e *Participantes Interativos* (pessoas que se comunicam com outras através de imagens, os produtores e espectadores dessas imagens) (KRESS e VAN LEEUWEN, 1996, p. 119).

Outro aspecto relevante é o ângulo da imagem, que pode ser frontal ou oblíquo. O ângulo frontal representa o ângulo do máximo envolvimento, enquanto o oblíquo, distanciamento. Existem, segundo Kress e Van Leeuwen (1996), três princípios de composição das imagens que são visualizados pelo espectador:

1) Valor de informação: o local dos elementos (participantes e sintagmas que relatam uns aos outros e ao espectador) tem valores informacionais específicos anexados às várias zonas da imagem: direita e esquerda, parte superior e parte inferior, centro e margem.

2) Saliência: pode estabelecer uma hierarquia de importância entre os elementos, que são feitos para atrair a atenção do espectador em diferentes graus: plano de fundo ou primeiro plano, tamanho, contrastes de tons e cores, diferença de nitidez etc.

3) Estruturação: a presença ou ausência de planos de estruturação (realizado por elementos que criam linhas divisórias, ou por linhas de estruturação reais) desconecta ou conecta elementos da imagem, significando que eles pertencem ou não ao mesmo sentido.

Quanto às técnicas de comunicação visual, Dondis (1997, p. 140) afirma que elas *oferecem ao designer uma grande variedade de meios para a expressão visual do conteúdo.* Essas técnicas não excluem seus opostos, mas devem ser *sutis a ponto de comprometer a clareza do resultado.* (Idem). Entre as técnicas existentes (equilíbrio/instabilidade, simetria/assimetria, simplicidade/complexidade, unidade/ fragmentação,

economia/profusão, minimização/exagero, atividade/estase, sutileza/ousadia, neutralidade/ênfase, entre outras) destaca-se a economia em oposição à profusão, em que Dondis afirma que: *a presença de unidades mínimas de meios de comunicação visual é típica da técnica da economia, que contrasta de muitas maneiras com seu oposto, a técnica de profusão. A economia é uma organização visual parcimoniosa e sensata em sua utilização dos elementos. A profusão é carregada em direção a acréscimos discursivos infinitamente detalhados a um design básico, os quais, em termos ideais, atenuam e embelezam mediante ornamentação. A profusão é uma técnica de enriquecimento visual associada ao poder e à riqueza, enquanto a economia é visualmente fundamental e enfatiza o conservadorismo e o abrandamento do pobre e do puro.* Outro componente importante das imagens é a cor. Ainda segundo essa autora, *a cor está, de fato, impregnada de informação, e é uma das mais penetrantes experiências visuais que temos em comum.* A referida autora também afirma que *conhecemos a cor em termos de uma vasta categoria de significados simbólicos* (Idem).

Farina (1990), por sua vez, apresenta dados científicos do significado psicológico das cores. Alguns desses dados são que o branco está relacionado à ordem, limpeza, paz, pureza; o vermelho, à força, energia, coragem, poderio; o azul tem associação com o afeto, intelectualidade, confiança, serenidade; o verde, à saúde, abundância, segurança, natureza, equilíbrio. O senso comum também aplica significados às cores, tais como: o azul proporciona sensação de calma e recolhimento; o vermelho está relacionado com paixão e sexualidade ou algo quente; e o amarelo irradia luz, brilho, calor, riqueza.

5 DISCURSO JURÍDICO

As particularidades das práticas linguísticas estão associadas às maneiras mais amplamente compartilhadas e ideologicamente construídas do uso da língua. Por causa das funções sociais abrangidas pelo Direito, o discurso jurídico reveste-se de uma tipologia própria, a do poder e da persuasão, permeado pelo elemento ideológico.

O espaço jurídico conduz os efeitos de poder e as relações de força que se instauram entre os sujeitos que, inscritos em uma formação ideológico-discursiva, passam a ser vistos como seres socializados que se utilizam de certos argumentos de “verdade” que lhes servem de sustento.

É preciso observar o discurso jurídico sob alguns aspectos contextuais: a) do próprio contexto do discurso, já que o significado das palavras e das frases resulta do contexto textual; b) da situação discursiva; c) da situação jurídica no espaço político-social.

Esses três aspectos complementam-se, tendo em vista a necessidade de se

olhar diretamente para a representação visual dos textos; chegamos mesmo a ficar por um bom tempo lendo as imagens até cansarmos. Tudo isso acontece porque o objetivo do designer gráfico é nos “enlaçar” por meio das imagens. Muitas vezes imagens bem-elaboradas ajudam a leitura textual, proporcionando uma continuidade nessa leitura. Logo, a imagem nos motiva a ler o texto contíguo a ela.

As imagens, ainda, auxiliam na memorização dos conteúdos, ratificam os acontecimentos, diminuem, em alguns casos, o esforço mental e cognitivo para a compreensão de textos que são acompanhados de imagens, dentre outras vantagens. Palavras e imagens representam

[...] os gêneros são recursos semióticos, “fôrmas” para se realizar a comunicação. Eles são versáteis, mas não são neutros, livres de valor: eles são formas de comunicação cultural e historicamente específicas e realizam relações de poder cultural e historicamente específicas entre os participantes.

julgarem os efeitos de sentido produzidos, tanto no contexto do discurso, quanto numa determinada situação de fala ou texto e na relação com o processo de envolvimento político-social de alguns procedimentos dos sujeitos envolvidos e participantes do ato jurídico.

5.1 A IMAGEM E O DIREITO

Segundo Dionísio (2006), imagem e palavra mantêm, com o passar do tempo, uma relação mais próxima e cada vez mais integrada. Há uma união maior entre o visual e o escrito. Conforme o pensamento da autora, a cada dia nossa sociedade tem-se tornado mais visual, sem, contudo, considerar a imagem em detrimento da palavra, pois o aprimoramento virá de harmonia entre as modalidades de construção do conhecimento.

Segundo Joly (1996), o ponto comum entre as diferentes significações da palavra ‘imagem’ (imagens visuais/imagens mentais/imagens virtuais) parece ser o da analogia. Material ou imaterial, visual ou não, natural ou fabricada, uma “imagem” é algo que se assemelha a outra coisa.

É interessante refletirmos como o *design* gráfico acoplado ao textual prende a nossa atenção, como guia o nosso

o conhecimento de formas diferentes, e possuem em seu conteúdo qualidades diferentes. No entanto, assim como alguns autores, que se mostram preocupados com o modo como as imagens são passadas nos livros instrucionais e se elas são consideradas antes, por especialistas na área, para depois serem expostas ao público leitor, senti a necessidade de uma análise de imagens no mundo jurídico e evidenciei a importância de observar como as imagens são construídas e como se dá a articulação entre tais imagens e os enunciados escritos que as acompanham. O gênero escolhido foi o artigo jurídico.

No domínio discursivo jurídico brasileiro, é possível notar, apesar da dificuldade, uma interação entre a escrita e os recursos visuais exercendo uma função retórica na construção de sentidos dos textos. Esse fenômeno vem aos poucos sendo também observado, embora as ocorrências ainda sejam tímidas e muito pontuais. De um lado, as instituições jurídicas, com intuito de perpetuação da ordem existente, utilizam a hermética linguagem legal como mecanismo de manutenção da hegemonia e das relações de dominação e desigualdade discursivas. De outro lado, algumas tentativas

isoladas, tanto de entidades públicas quanto privadas, procuram tornar a lei mais acessível ao cidadão comum, eliminando o *jargonising* como prática de exclusão e tentando transformar o estático texto legal em um gênero mais atraente, moderno, dinâmico e, sobretudo, descomplicado.

Ilustrar um texto no contexto da ciência do Direito não é tarefa fácil, é também um desafio. Difícil para quem elabora, às vezes ininteligível para quem vê.

O jogo de poder é muito marcante no meio jurídico e as imagens, por vezes, demonstram essas relações de poder. No ponto de vista de Fairclough (2001), as ideologias são significações/construções da realidade em várias dimensões das formas/sentidos das práticas discursivas e que contribuem para a produção, a reprodução ou transferência das relações de dominação. Para este autor, a ideologia manifesta-se implicitamente em todas as instâncias e contextos sociais, na vida individual e coletiva. De forma semelhante, para Thompson (1995), ideologia é o significado mobilizado por formas simbólicas (ações, imagens, textos) que servem para estabelecer e sustentar relações de dominação: estabelecer relações de dominação no sentido de que o significado pode criar e instituir essas relações; sustentar, no sentido de que o significado serve para manter e reproduzir relações de dominação por meio dos processos de produção de texto.

Assim, a ideologia torna-se um sentido veiculado na sociedade, promovendo a sustentação de relações de poder existentes e provocando a configuração de novas formas de domínio. Esse sentido é, portanto, veiculado nas práticas sociais, levando-nos à conclusão de que as instituições possuem suas ideologias. A instituição do Judiciário constrói e constitui identidades sociais.

O ilustrador de um texto jurídico pode, enfim, escolher entre os elementos o que ele deseja mostrar ou esconder, adentra

Quando se realiza um trabalho de linguagem na perspectiva dos gêneros discursivos é necessário considerar a função do contexto para a compreensão das mensagens expressas pelos gêneros, pois a “ocasião de uso da linguagem” é definida em contexto da situação e contexto da cultura.

o seu discurso enunciado, deixando nele suas marcas enunciativas. A ilustração pode agradar ao receptor, ou causar-lhe estranhamento. O estranhamento é o novo, o inusitado, o que choca pelo inesperado.

O desafio do *design*, nesse caso, visando à integração, à comunicação e à informação em uma comunidade específica (juizes, ministros, procuradores, advogados, estudantes de Direito etc.), é encontrar uma solução gráfica que possa contribuir com a organização e incremento da produção voltada para o Direito. Para tanto, deve ser original e criar um diferencial marcante na divulgação de produtos editoriais jurídicos.

A identidade de um grupo social ou instituição não deve ser vista como um estado, mas como um processo, em que um projeto de comunicação visual tem de ser dinâmico, fazendo-se

necessária a apropriação do mesmo público para seu permanente enriquecimento e atualização.

No texto jurídico, o criador da ilustração explora as imagens para tornar figurativo, de modo concreto, as ideias abstratas. A realidade concreta oferece uma variedade quase infinita de coisas e seres capazes de traduzir, por uma particularização e concretização (ou concretude), ideias gerais e abstratas, pois uma das deficiências do espírito humano está na sua incapacidade de abstração absoluta, na incapacidade de isolar conceitos ou conceber ideias desgarradas de todo contato com o mundo objetivo. É conhecida a afirmação de Locke: *Nihilin intellectu quod prius non fuerit in sensu* (GARCIA, 1992), ou seja, nada nos chega ao espírito sem ter sido antes apreendido pelos sentidos.

Um bom trabalho de ilustração de um texto jurídico requer, além do conhecimento técnico da matéria a ser ilustrada, uma manipulação de imagens com toda a sua plasticidade, exploração de texturas para produzir efeitos sinestésicos, exploração do espaço a ser visto para provocar ritmos, simétricos ou assimétricos, equilíbrios ou desequilíbrios, sensações de prazer ou desprazer, de estaticidade ou movimento, entre tantos outros elementos sintáticos da imagem como aproximações ou distanciamentos, identidades e diferenças, harmonia ou desarmonia, conjunção ou disjunção. A linguagem mostrada, desse modo, serve não apenas para representar um mundo, mas a instituir valores, desejos, hábitos, estilos de vida etc.

Halliday (1994) considera que os significados se realizam em sociedade, em contextos específicos de comunicação, formando as “variáveis de contexto – de situação e cultura”, que são importantes para a análise de uma imagem. O contexto de situação é o ambiente imediato em que o texto está de fato funcionando. Essa noção explica por que certas formas foram ditas ou escritas em uma ocasião particular e o que mais poderia ser dito ou escrito. Uma vez que o sistema linguístico é construído social e historicamente, somente certos significados são possíveis. Além disso, a construção desses significados é dependente da forma como a linguagem foi usada no passado. Nesse sentido, os fatores que constituem o contexto de cultura determinam coletivamente a forma como o texto é interpretado em seu contexto de situação.

Tanto para se fazer como interpretar uma imagem no Direito é preciso olhar, escolher, aprender. Não se trata de reprodução de uma experiência visual, mas da reconstrução de uma estrutura modelo. Portanto, a função do conhecimento relaciona-se à função estética da imagem, pois proporciona ao espectador sensações específicas. A relação entre a representação visual e o campo artístico atribui um peso e um valor particular entre os diferentes instrumentos de expressão e de comunicação. Sendo os próprios instrumentos das artes plásticas, os instrumentos plásticos de qualquer imagem tornam-na um meio de comunicação que solicita o prazer estético e o tipo de recepção a ele vinculado. O que significa que se comunicar pela imagem – mais do que pela linguagem – estimula por parte de quem recebe a mensagem, um tipo de expectativa e diferente da que uma mensagem verbal estimula (JOLY, 1996).

5.2 ANÁLISE DO “CORPUS” – ALGUNS EXEMPLOS PRÁTICOS

A disposição espacial do texto numa página ou numa tela do computador constitui um dos primeiros recursos acessados

pelo leitor na construção de sentidos. A modalidade escrita, em particular, exige um determinado arranjo textual e tipográfico, que fornece pistas visuais relativas à organização verbal do texto, contribuindo para o processamento da leitura.

De acordo com Bernhardt (2004), os textos encontram-se dispostos num *continuum* cujos extremos são formados, de um lado, por textos visualmente pouco informativos e, de outro, por textos que revelam um elevado grau de informação através de certos indícios visuais, como espaços em branco, ilustrações (fotos, gravuras, desenhos etc.) e símbolos não alfabéticos (marcadores e numeração).

Os textos visualmente informativos levam em consideração diversos fatores, como o público-alvo (suas expectativas, conhecimentos prévios, familiaridade ou não com certas práticas de letramento, orientação ideológica etc.), as diversas possibilidades de processamento da leitura, a funcionalidade do conteúdo apresentado e do modo como é apresentado, o uso de imagens como mecanismo de organização, complementação, ilustração etc. das ideias transmitidas, entre vários elementos. Com isso, objetiva-se criar um texto atraente e harmonioso, capaz de veicular eficazmente informações sobre a

organização textual ao leitor, por meio de indícios visíveis.

Ademais, entre os vários motivos para a utilização de imagens em textos não ficcionais, destacam-se a legibilidade que a presença de imagens pode proporcionar à visualização do texto; a economia de informação em relação aos textos verbais escritos; a sensação de modernidade não percebida em textos que usam apenas a modalidade escrita; entre outros.

Em linhas gerais, a proposta de Bernhardt (2004) acerca da organização visual dos textos escritos pode ser resumida da seguinte forma:

ESTRATÉGIAS DE CONTROLE RETÓRICO	TEXTOS VISUALMENTE INFORMATIVOS	TEXTOS VISUALMENTE NÃO INFORMATIVOS
<i>Gestalt</i> visual	<ul style="list-style-type: none"> – Diferentes texturas na superfície do texto podem oferecer diversas possibilidades estéticas; – O formato do texto pode atrair ou afastar o leitor; – As ‘leis de equilíbrio’ são cumpridas: os componentes do texto (escrita e imagem) estão harmonicamente balanceados. 	<ul style="list-style-type: none"> – Superfícies homogêneas reduzem as possibilidades de veicular informação; – Os textos possuem formatos semelhantes, visualmente constituídos por um ‘bloco indistinto’ de linhas impressas; – A aparência pouco atraente do texto pressupõe leitores cooperativos.
Desenvolvimento	<ul style="list-style-type: none"> – Localizado: o texto é dividido em seções que adotam diferentes estratégias de exposição e desenvolvimento das informações; – O desenvolvimento do texto capta a atenção do leitor. 	<ul style="list-style-type: none"> – Progressivo: cada seção do texto dispõe de elementos que orientam o leitor para a seção seguinte; – O desenvolvimento do texto é construído para que a leitura avance progressivamente, por meio de estratégias de antecipação e recapitulação.
Distribuição	<ul style="list-style-type: none"> – Icônica: espaçamentos e títulos evidenciam de forma clara como o texto está dividido espacialmente; – O leitor possui maior domínio sobre o processamento da leitura: ele pode pular as seções que não lhe interessam, lendo o texto seletivamente, de modo não linear, e acessando facilmente as informações que julgar relevantes. 	<ul style="list-style-type: none"> – Integrada: os adentramentos dos parágrafos podem proporcionar uma noção espacial sobre as fronteiras de cada seção. Contudo, muitas dessas seções podem conter mais de um parágrafo, o que deixa a distribuição visual do texto pouco precisa; – A ausência de marcas explícitas obriga uma leitura do texto para identificar suas divisões.
Ênfase	<ul style="list-style-type: none"> – A ênfase é controlada mediante realces no <i>layout</i>, no tamanho, na fonte e no estilo das letras; nos espaçamentos e nos títulos. 	<ul style="list-style-type: none"> – A ênfase é controlada por recursos sintático-semânticos, como o uso de intensificadores, marcadores e conectivos, bem como o posicionamento da informação no início ou no final do enunciado.
Relações de ligação e transição	<ul style="list-style-type: none"> – Os <i>links</i> são controlados visualmente. 	<ul style="list-style-type: none"> – Os <i>links</i> são controlados por conectivos entre enunciados e parágrafos.
Padronização de enunciado	<ul style="list-style-type: none"> – Os enunciados variam quanto ao estilo e às estruturas sintáticas. 	<ul style="list-style-type: none"> – Os enunciados são formados por sentenças sintaticamente completas, com pouca variação de estilo e registro.

Tabela: Organização visual dos textos escritos. Fonte: Adaptado de Bernhardt (2004, p. 104).

O *corpus* pesquisado, com o fim de apresentar exemplos, foi retirado principalmente da *Revista CEJ*, produzida pelo Centro de Estudos Judiciários desde 1993, que, hoje, também conta com uma versão eletrônica.

Como foi dito, a disposição visual do texto também colabora com o processamento da leitura. Para uma melhor investigação acerca do processo de produção de imagens no âmbito jurídico, veiculei a seguinte pergunta aos ilustradores – via e-mail: *Como se dá o processo de produção de imagens no âmbito jurídico? É difícil? É fácil? Por quê? Qual a maior preocupação: agradar o leitor fazendo com que a imagem corresponda da melhor forma o título do artigo ou uma imagem de bom aspecto visual? Qual o material utilizado na criação da ideia ilustrativa? É apenas o texto*

A comunicação não verbal, entretanto, como um meio de transmissão e recepção de uma mensagem, como um meio de interação e entendimento entre os seres humanos, não pode ser desvinculada do contexto individual ou de natureza social ao qual pertence a informação.

enviado a vocês ou vocês têm de pesquisar melhor o assunto para desenhar algo? Qual a melhor forma, na sua opinião, de se ilustrar um artigo jurídico?

Recebi as seguintes respostas abaixo citadas, com a devida autorização dos ilustradores:

Marcelo Charada: *O texto jurídico exige muito da interpretação e do conhecimento geral do ilustrador. A maioria deles é bem difícil de entender e tem uma escrita que não facilita a leitura para os leigos como eu. São usadas uma série de palavras e estruturas que poderiam ser muito mais simples. O fato é que uma vez entendido o sentido do texto, eu vou procurar uma ideia que visualmente seja interessante para completar ou resumir a ideia do texto. Eu encontro um desafio a cada texto a mim encaminhado, principalmente porque o meu estilo é bem humorado, com sátiras e tudo mais. Nesse caso eu tenho de tentar fazer o mais sério possível porque há certos textos em que o humor atrapalha ou tira a importância do assunto. Eu tenho medo de brincar com coisa séria, literalmente. A partir disso, tento ilustrar de maneira mais leve e mais diversificada possível, tentando criar certos personagens e ambientes que familiarizem o leitor com o tipo de texto que ele vai ler, tendo em vista que as imagens sempre aparecem na apresentação dos artigos. Depois existe uma breve pesquisa do assunto em outras fontes. Tenho vários amigos que atuam na área jurídica e sempre me prestam uma certa “consultoria” e me explicam do que se tratam alguns dos termos mais específicos.*

Fábio Brumana: *Quando eu recebo o texto para ilustrar, se for mais de um, eu escolho aquele cujo tema seja o mais fácil. Nem todos os temas são difíceis. Em alguns textos, o autor escreve usando muitos termos técnicos e em outras línguas, até em latim, o que dificulta a compreensão. Porém muitos textos vêm com um bom resumo em sua introdução, o que, depen-*

dendo do tema, facilita muito. Alguns são naturalmente difíceis, e cabe ao ilustrador encontrar a sua essência, esse é o desafio que encontro ao ilustrar um artigo, sempre tentando aliar à estética. A ilustração tem de ser atrativa aos olhos, senão ela perde a sua função. Para ilustrar um artigo, uso basicamente o texto que recebo e às vezes faço uma pesquisa de imagens na internet. Não acredito em fórmula para se ilustrar um texto. Cada ilustrador encontra inspiração de maneira diversa, eu mesmo não tenho um método que sigo religiosamente e até as técnicas da própria execução mudam de uma ilustração para outra. Algumas ilustrações se resolvem em 20 minutos, outras até em 15 dias. Existem alguns fatores que não estão sob nosso controle como humor, por exemplo, ou se você está conectado ou não com o tema.

Hélcio Corrêa: *O processo de criação de imagens não só no âmbito jurídico, mas também em outras áreas, se dá na maioria das vezes de forma simples. Já para os temas técnicos e complexos é necessária uma pesquisa sobre o assunto, buscando assim, elementos para a inspiração estimular a criatividade, formando uma ligação do tema às formas visuais da imagem.*

Há duas coisas importantes: agradar o leitor com uma imagem criativa, bem trabalhada e que tenha conformidade com o assunto, procurando com isso, conduzir o leitor até o texto, sendo esse, o principal objetivo da ilustração.

Após uma pesquisa sobre o tema, começo a criar algumas texturas e objetos de fotografias, e então começo o trabalho do segundo plano da imagem a ser criada finalizando no primeiro plano, fazendo surgir uma nova imagem composta por várias imagens. Para esse trabalho utilizo o programa Adobe Photoshop.

Pergunta: Qual a melhor forma, na sua opinião, de se ilustrar um artigo jurídico?

Respondo à essa pergunta da seguinte forma: *com a liberdade constituída em nosso País desde 1988, posso afirmar que todas as formas utilizadas são boas, sendo na minha opinião, o respeito e a liberdade de expressão a melhor delas para ilustrar qualquer artigo jurídico ou não.*

Diante de tais depoimentos, minha proposta é mostrar que a produção de uma imagem no meio jurídico é possível, embora com dificuldades, no desafio de, muitas vezes, tornar concreto o abstrato, entendível o inusitado, acessível o inacessível, quebrando os paradigmas de afastamento total da linguagem jurídica para o leitor. Para isso, deve o ilustrador interpretar os textos de forma correta, ampliar seus conhecimentos, desmistificar barreiras. Enfrenta, mesmo atualmente, dias em que se preserva a igualdade prevista na Constituição (*todos são iguais perante a lei*), a grande distância que a sociedade cria entre o “juiz” e o “homem comum”. A ideologia de poder ainda é muito arraigada no meio jurídico, por isso é preciso que o ilustrador seja cauteloso, para não causar estranheza na recepção da imagem.

Como exemplo, trouxe a polêmica ilustração produzida para um evento, que, enquanto chocante para alguns, por se tratar de uma figura ilustrativa de um evento de Direito de Família, para outros, mostrou-se bastante adequada, por hoje se pregar a corrente do não preconceito, por meio de um conceito diferente da instituição “família”:



Imagem de divulgação de evento sobre Direito de Família, realizado pelo Instituto Brasileiro de Direito de Família, com o apoio do Centro de Estudos Judiciários do Conselho da Justiça Federal. Encontra-se imbutido na imagem o conceito ideológico do sentido de família. Pode-se perceber a família representada por pessoas de mesmo sexo segurando a mão de uma criança, ou seja, quebrando o paradigma de que família só pode aparecer com a figura do pai, mãe e filho.

Essa ilustração de Kleber Sales mostra uma imagem não preconceituosa, desmistificada de valores morais preconcebidos pela sociedade.

Abaixo trago o exemplo de mais algumas ilustrações todas elas com as devidas autorizações de seus autores apresentadas e publicadas na referida *Revista CEJ*.

Título do artigo: “A força normativa das diretrizes do Conselho nacional de saúde sobre a EC n. 29/2000”, de Marçílio Toscano Franca Filho e Nevita Maria Pessoa de Aquino Franca, *Revista CEJ* n. 30, ilustração de Fábio Brumana:



O artigo trata da dificuldade e do “abismo” existente entre o sistema de saúde e a sociedade.

O desenho foi adequado, tendo em vista que explorou bem a ideia da distância entre a figura do sistema de saúde, representada pelo médico e a sociedade, que, do outro lado, espera atendimento.

Título do artigo: “Algumas considerações sobre a natureza jurídica dos acordos SAF/ESAF e dos arranjos PRGF com o FMI”, de Valério de Oliveira Mazzuoli, *Revista CEJ* n. 30, ilustração de Kleber Sales:



Explica as linhas de crédito externo destinadas pelo Fundo aos países pobres em desenvolvimento.

A ilustração que retrata, com a nota de dólar e o aperto de mão, as alianças possíveis entre os países de Primeiro Mundo com países em dificuldades financeiras. Para isso, o ilustrador utilizou-se de elementos que denotam o dinheiro (cor), como também que representam a moeda forte, o dólar.

Título do artigo: “A importância da intercessão política do ambiente – política energética, de Cláudia Dias Soares, *Revista CEJ* n. 30, ilustração de Marcelo Charada:



Trata da problemática questão energética em Portugal, que possui reduzida produção de energia com um consumo crescente, mantendo forte dependência com o exterior.

Ilustração que, por mostrar o senhor numa bicicleta antiga movida por uma esteira que produz energia à medida que ele anda, representa a precariedade do sistema de produção de energia, além da dificuldade de ela ser produzida por uma só maneira, necessitando, assim, de uma política energética mais eficaz e moderna.

Título do artigo: "Comentários sobre as interpretações de Alexy e Dworkin", de Flávio Quinaud Pedron, *Revista CEJ* n. 30, ilustração de Kleber Sales.



140

O autor apresenta objeções à teoria de Dworkin de existência de uma única resposta correta para um caso controverso. Conclui que, após a leitura de Alexy e Dworkin, não se pode deslumbrar uma concordância, mas sim uma contraposição.

Com um título bastante abstrato, nessa ilustração, o desenhista retratou muito bem o tema do artigo, tendo em vista a bússola, como símbolo dos diversos caminhos que pode uma argumentação jurídica ter em relação a um caso concreto.

Título do artigo: "Aspectos jurídicos da autonomia universitária no Brasil", de Nina Beatriz Stocco Ranieri, *Revista CEJ* n. 31, ilustração de Fábio Brumana.



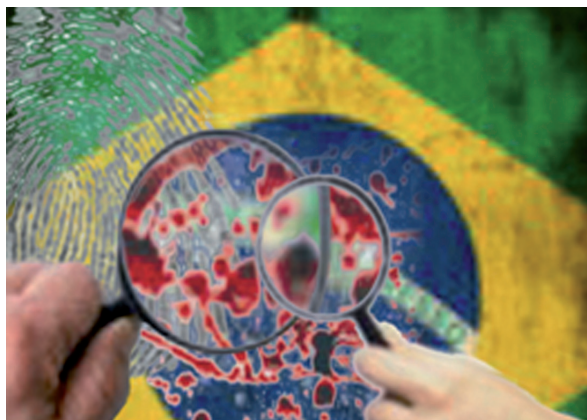
Ressalta que houve grande avanço no tratamento da autonomia universitária, dada a sua inclusão no texto constitucional.

Trata também dos sucessivos ciclos de produção e alteração da legislação incidente sobre a autonomia universitária.

Ilustração adequada, tendo em vista que o símbolo da educação é a coruja, que consegue manter seu voo (= autonomia),

apesar dos raios, trovoadas e nuvens pretas e carregadas, que simbolizam o sistema educacional e os tratamentos do Executivo (desprezo) em relação a esse sistema, obrigando o Judiciário interferir em alguns casos.

Título do artigo: "O papel da polícia judiciária no Estado democrático de Direito", de autoria de Vanessa Pitrez de Aguiar Corrêa, com ilustração de Hércio Corrêa, publicada na edição n. 43 da Revista em relevo, também disponível em meio eletrônico.



Alega que a investigação criminal constitui atribuição exclusiva da polícia judiciária, por disposição expressa da Constituição Federal. Busca demonstrar a dissonância das práticas de atos de investigação com o conceito de Estado democrático de Direito.

A ilustração foi adequada, tendo em vista que uma lupa nos remete à polícia judiciária (investigação), bem como a marca de digital localizada à esquerda. A outra lupa significa o poder público. Além disso, o ilustrador conseguiu representar o Estado democrático de Direito com a imagem da bandeira brasileira ao fundo, porém manchada de sangue, por se tratar de assunto policial. Foi muito feliz em sua representação.

Título do artigo: "Os decasségus e a eficiência das práticas judiciárias no cumprimento das cartas rogatórias", de Caetano Lagastra Neto, ilustração de Kleber Sales, publicada na *Revista CEJ* n. 43.

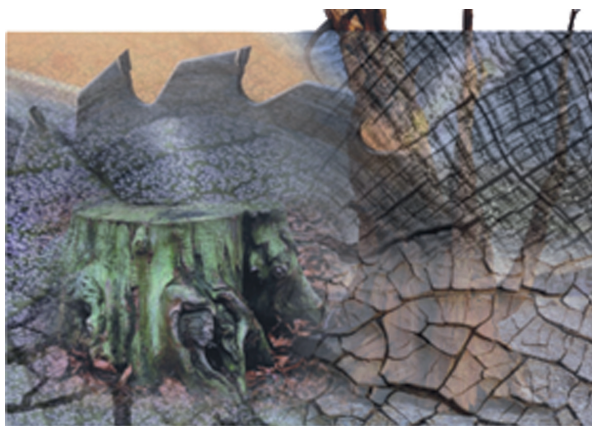


Aborda as iniciativas adotadas pelo Tribunal de Justiça de São Paulo para permitir a racionalização de procedimentos obsoletos e morosos com o objetivo de resguardar os direitos e deveres dos trabalhadores brasileiros no Japão (decasségus). Defende que o governo brasileiro mantenha

vínculos culturais com os brasileiros residentes no Japão.

A ilustração foi aprovada e adequada, tendo em vista que demonstra a ligação entre japoneses e brasileiros, que o ilustrador representou as duas nações por meio de suas bandeiras – brasileira e japonesa (bola vermelha), bem como se preocupou em retratar a figura dos decasségus, trabalhadores brasileiros no Japão.

Título do artigo: “A lei de florestas públicas sob o crivo da política ambiental do Poder Público”, de Júlio da Silveira Moreira, com ilustração de Hércio Corrêa, publicada na *Revista CEJ* n. 43.



Alega que, após intensas discussões, foi sancionada pelo Congresso a Lei n. 11.284/2006, que trata da gestão das florestas públicas brasileiras, cuja principal inovação é o instituto da concessão florestal, mediante o qual o Poder Público outorga ao particular a exploração das áreas. Analisa a dinâmica das concessões florestais, bem como sua natureza jurídica à luz do Direito Administrativo.

A ilustração mostra, ao fundo, uma serra, ligada ao tronco cortado, que nos remete à destruição florestal. Verifica-se, neste artigo, se a concessão florestal está de acordo com a incumbência do Poder Público na política ambiental. O autor é contra essa concessão, temendo a desertificação do solo e a destruição, por isso a imagem foi produzida de forma sombria, conforme informou o ilustrador.

Título do artigo: “Súmula vinculante n. 4: *tertius genus* no controle da constitucionalidade?”, de autoria de Teresa Aparecida Asta Gemignani. Ilustração também de Hércio Corrêa, publicada na *Revista CEJ* n. 43



Explicita que a redução dos riscos inerentes ao trabalho, visando preservar a saúde e a higidez física, constitui direito fundamental albergado expressamente do inc. XXII do art. 7º da CF/88. Entende que a Súmula Vinculante n. 4 objetiva fazer valer a norma constitucional que garante melhores condições de saúde e segurança no local de trabalho, e assim deve ser interpretada a fim de assegurar a maturidade institucional do direito trabalhista.

O ilustrador conseguiu, dentro de um título extremamente abstrato, significar a ideia do artigo. Utilizando a pena, quis significar a ideia da lei e da súmula vinculante, em relação a melhores condições de saúde e segurança no local de trabalho, juntamente com o capacete, para representar o trabalhador em cima da mancha vermelha, que significa o acidente.

Obs.: *Tertius genus* = ferramenta.

6 CONCLUSÃO

Todo discurso é uma simulação da realidade. Ele é feito de signos, que, por sua vez, são representantes da realidade. Quando usamos os signos, eles criam na mente de quem os recebe a ideia da verdade acontecida. O texto discursivo, portanto, é criador de efeitos na mente do receptor da mensagem. Os signos são potencialmente capazes de produzir efeitos de sentido, de real, de verídico etc.

Considerar a imagem como uma mensagem visual composta de diversos tipos de signos equivale a considerá-la como um discurso e, portanto, como uma ferramenta de expressão e de comunicação. Seja ela expressiva ou comunicativa, é possível admitir que uma imagem sempre constitui uma mensagem para o outro, mesmo quando esse outro somos nós mesmos.

A comunicação não verbal, entretanto, como um meio de transmissão e recepção de uma mensagem, como um meio de interação e entendimento entre os seres humanos, não pode ser desvinculada do contexto individual ou de natureza social ao qual pertence a informação.

O fato de a publicidade nos bombardear com uma série de marcas e imagens de produtos mostra como a representação de ideias mediante símbolos gráficos é um canal aberto no âmbito informativo. Essa característica está presente, de forma mais expressiva, no mundo contemporâneo pós-industrial, em que a competitividade nos impõe uma série de fatores econômicos e financeiros.

Cada vez mais, a linguagem imagética ganha importância. Isso pode ser constatado a qualquer momento, no cenário cotidiano veiculando mensagens que regulamentam o comportamento do indivíduo na esfera da prática social, mostrando-lhes os comportamentos permitidos ou proibidos, advertindo-lhes sobre a existência de perigo ou necessidade de cautela, ainda, orientando seus passos ou sua proximidade de objetos ou coisas: são muitas placas e setas indicadores de locais e direções, pictogramas que substituem frases, marcas e produtos, monitores que teleguiam nossas emoções, *outdoors* e mídia eletrônica que nos orientam no dia a dia, ou seja, *frontlights* em profusão.

Como observei, ainda há muito que se investigar sobre a multimodalidade discursiva e a argumentatividade visual dos textos e, mais especificamente, das revistas jurídicas. O campo é muito vasto, e as possibilidades são inúmeras, e, no Brasil, ainda a carência é grande, de estudos sistematizados sobre os diver-

dos modos de representação nos gêneros textuais escritos, abrangendo questões como as práticas de multiletramento, retextualização multimodal e a hipermodalidade (ou seja, a multimodalidade nos meios digitais).

Nas breves análises aqui realizadas, não se deve encarar a escrita como a única forma de representação a participar do processamento da leitura e da produção de sentidos – aqui tratando-se de linguagem jurídica. Como defende Descardecí (2002, p. 26), os demais modos de representação que compõem a mensagem devem deixar de figurar como ‘os demais’, tendo em vista que a compreensão plena do texto só se realizará com a integração entre a escrita e a imagem.

O estudo da imagem, como discurso produzido não verbal, abre perspectivas comumente não abordadas nas análises mais recorrentes. Abre-se a possibilidade de entender os elementos visuais como operadores do discurso, condição primeira para se desvincular o tratamento da imagem por meio da sua correlação com o verbal e de se descartarem os métodos que “alinham o verbal pelo não verbal”. Este trabalho é, por enquanto, apenas um ponto de partida para uma análise muito mais aprofundada.

A relevância dessas conclusões reside no fato de lançar um novo olhar sobre as pesquisas acerca da linguagem e do discurso jurídicos, que já fazem partes da agenda de especialistas das mais variadas áreas do conhecimento. A Associação dos Magistrados Brasileiros lançou a campanha nacional pela simplificação da linguagem jurídica, utilizada por magistrados, advogados, promotores e outros operadores do domínio legal, com o propósito de sensibilizar esses profissionais quanto à importância do uso de uma linguagem mais simples, direta e objetiva, para aproximar a sociedade da Justiça brasileira e da prestação jurisdicional. Nada mais adequado, portanto, do que refletir sobre como as diversas estratégias multimodais usadas podem contribuir para que esses objetivos sejam alcançados, “desconstruindo” a secular muralha erguida entre os “donos do dizer” do Direito e o cidadão comum.

REFERÊNCIAS

- BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- BERNHARDT, S. Seeing the text. In: HANDA, Carolun. *Visual rhetoric in a digital world: a critical sourcebook*. New York: Bedford St. Martin's, 2004. p. 94-106.
- BRONCKART, Jean-Paul. *Atividade de linguagem, textos e discursos: por um interacionismo sócio-discursivo*. Tradução de Anna Rachel Machado. São Paulo: Educ, 1999.
- CADORE, Luis Agostinho. *Curso prático de português: programa completo*. 4. ed. São Paulo: Ática, 1996.
- DESCARDECÍ, Maria Alice Andrade de Souza. *Ler o mundo: um olhar através da semiótica social*. ETD: Educação Temática Digital, Campinas, v. 3, n. 2, p. 19-26, jun. 2002.
- DINIZ, Maria Helena. *Dicionário jurídico*. São Paulo: Saraiva, 1998. v. 4.
- DIONISIO, Angela. Gêneros multimodais e multiletramento. In: KARWOSKI A. M.; GAYDECZKA, B. e BRITO, K. S. (Orgs.). *Gêneros textuais, reflexões e ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006.
- DONDIS, Donis. A. *Sintaxe da linguagem visual*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- DUCROT, F. *O dizer e o dito*. São Paulo: Pontes, 1987.
- FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e mudança social*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001. 316 p.
- _____. *Analyzing discourse: textual analysis for social research*. London: Routledge, 2003.
- _____. *Analyzing discourse: textual analysis for social research*. London: Routledge, 2003.
- FARINA, Modesto. *Psicodinâmica das cores em comunicação*. 4. ed. São Paulo: Edgar Blücher, 1990.
- GARCIA, Othon M. *Comunicação em prosa moderna: aprenda a escrever, aprendendo a pensar*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1992.
- GERALDI, João Wanderlei. *Portos de passagem*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- HALLIDAY, Michael. A. K. *An introduction to functional grammar*. 2. ed. London: Edward Arnold, 1994.
- HEBERLE, Viviane; JORGE, Sabrina. Análise crítica do discurso de um folder bancário. In: MEURER, José Luiz; MOTTA ROTH, Desirée. *Gêneros textuais e práticas discursivas*. São Paulo: EDUSC, 2002.
- HOUAISS, Antonio. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.
- JOLY, Martine. *Introdução à análise da imagem*. Tradução de Marina Appenzeller. São Paulo: Papyrus, 1996.
- KNAPP, M. L. *La comunicacion non verbal: el cuerpo y el entorno*. Barcelona: Paidós, 1982.
- KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. *Argumentação e linguagem*. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2002.
- KRESS, G.; VAN LEEUWEN, T. *Multimodal discourse: the modes and media of contemporary communication*. New York: Oxford University Press, 2001.
- _____. *Reading images: the Grammar of visual design*. New York: Routledge, 1996.
- KRESS, G. Multimodality: challenges to thinking about language. *TESOL Quarterly*. 2000.
- MAGALHÃES, Izabel. Teoria crítica do discurso e texto. *Linguagem em (Dis)curso*: LemD, Tubarão, v. 4, n. esp., p. 113-131, 2004. Disponível em: <http://www3.unisul.br/paginas/ensino/pos/linguagem/0403/7%20art%205.pdf>. Acesso em: jan. 2009.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio; XAVIER, Antônio Carlos (Orgs.). *Hipertexto e gêneros digitais*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.

MARINHO, Daniel et al. *Comunicação multimodal*. Disponível em: <http://alunos.lis.ulusiada.pt/cm2006/1pae/20070116cmultimodal.pdf>. Acesso em: jan. 2009.

MAROUN, Cristiane Ribeiro Gomes Bou. *A multimodalidade textual no livro didático de português*. Disponível em: <http://bdt.bce.unb.br/tedesimplificado/tde_busca/arquivo.php>. Acesso em: jan. 2009.

MEURER, José Luiz; MOTTA ROTH, Desirée. *Gêneros: teorias, métodos, debates*. São Paulo: Parábola, 2005.

MOZDZENSKI, Leonardo P. O juridiquês, em bom português. *Revista do Tribunal de Contas de Pernambuco*, Recife, n. 14, p. 132-136, jan./dez. 2003.

ORLANDI, E. *As formas do silêncio*. Campinas: Unicamp editora, 1992.

_____. *Interpretação*. Petrópolis: Vozes, 1996.

RIGOLIN, Cristina. *A linguagem visual nos artigos da revista superinteressante: o que mudou e como os leitores reagem a essas mudanças*. Campinas: Unicamp, 2002. Disponível em: <http://ead/unicamp.br/e-lang/publicacoes/down/08/08/06.pdf>. Acesso em: jan. 2009.

SELVATICI, Vera Lúcia Carvalho Grade. *A análise textual de um texto multimodal*. Disponível em: <http://www.letras.ufrj.br/anglo_germanicas/programa_xiv_sieag_2006.htm>. Acesso em: jan. 2009.

STURKEN, M. & CARTWRIGHT, L. *Practices of looking: an introduction to visual culture*. Oxford: Oxford University press, 2001. Disponível em: <http://www.maxwell.lambda.ele.puc-rio.br/cgi-bin/prg_0599.exe/12655.pdf>. Acesso em: jan. 2009.

THOMPSON, John B. *Ideologia e cultura moderna*. Petrópolis: Vozes, 1995.

VAN LEEUWEN, Theo. *Introducing social semiotics*. New York: Routledge, 2005.

Artigo recebido em 4/5/2010.

Artigo aprovado em 27/9/2010.

Lucinda Siqueira Chaves é servidora do Conselho da Justiça Federal.